TESOURONACIONAL

RTN

2022

julho

Publicado em
30/08/2022

Resultado do **Tesouro Nacional**

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL | SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO | MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Resultado Primário do Governo Central

Brasil – 2021/2022 – Valores Nominais

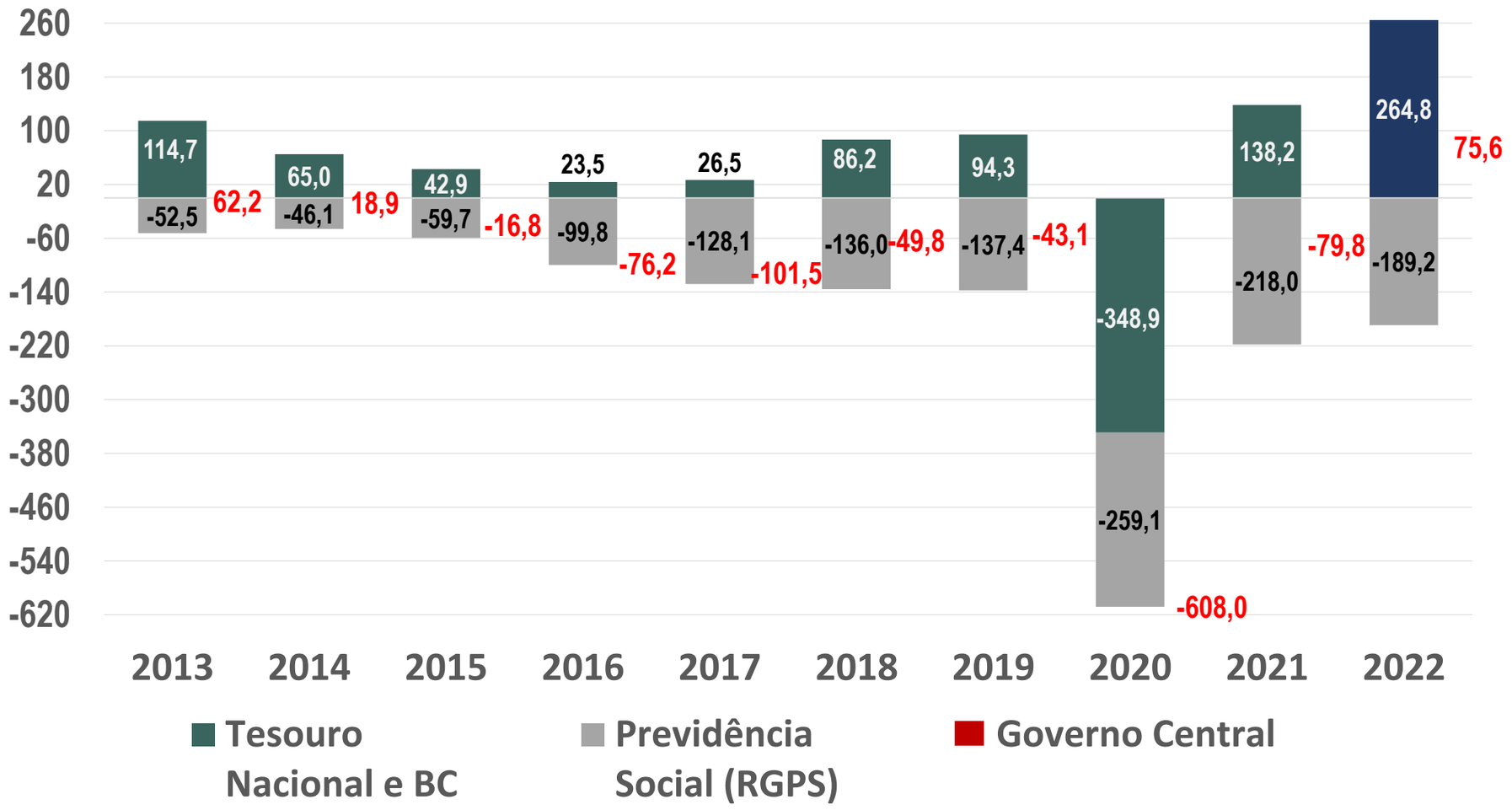
Em julho de 2022, houve superávit primário de R$ 19,3 bilhões, frente a déficit de R$ 19,5 bilhões em julho de 2021 (valores nominais).

R$ Milhões

Discriminação	Jan-Jul		Variação (2022/2021)		Julho		Variação (2022/2021)	
	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)	2021	2022	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.067.732	1.366.357	28,0%	15,1%	167.201	199.967	19,6%	8,7%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	196.354	264.444	34,7%	21,2%	28.039	37.192	32,6%	20,5%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	871.378	1.101.913	26,5%	13,8%	139.162	162.776	17,0%	6,3%
4. DESPESA TOTAL	944.466	1.028.825	8,9%	-1,9%	158.681	143.467	-9,6%	-17,9%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	**-73.088**	**73.088**	**-**	**-**	**-19.520**	**19.309**	**-**	**-**
Tesouro Nacional	121.854	261.112	114,3%	91,3%	16.751	38.163	127,8%	107,0%
Banco Central	-329	-218	-33,6%	-41,2%	-37	-136	267,2%	233,6%
Previdência Social (RGPS)	-194.614	-187.805	-3,5%	-13,2%	-36.234	-18.718	-48,3%	-53,1%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,5%	1,3%	-	-	-2,6%	2,3%	-	-
Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	121.526	260.894	114,7%	91,6%	16.714	38.026	127,5%	106,7%

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Resultado acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2013/2022 – A preços de jul/22 - IPCA – R$ Milhões



No período de janeiro a julho de 2022, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 189,2 bilhões (a preços de jul/22), enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R$ 264,8 bilhões, melhor resultado da série histórica.

Resultado Fiscal do Governo Central

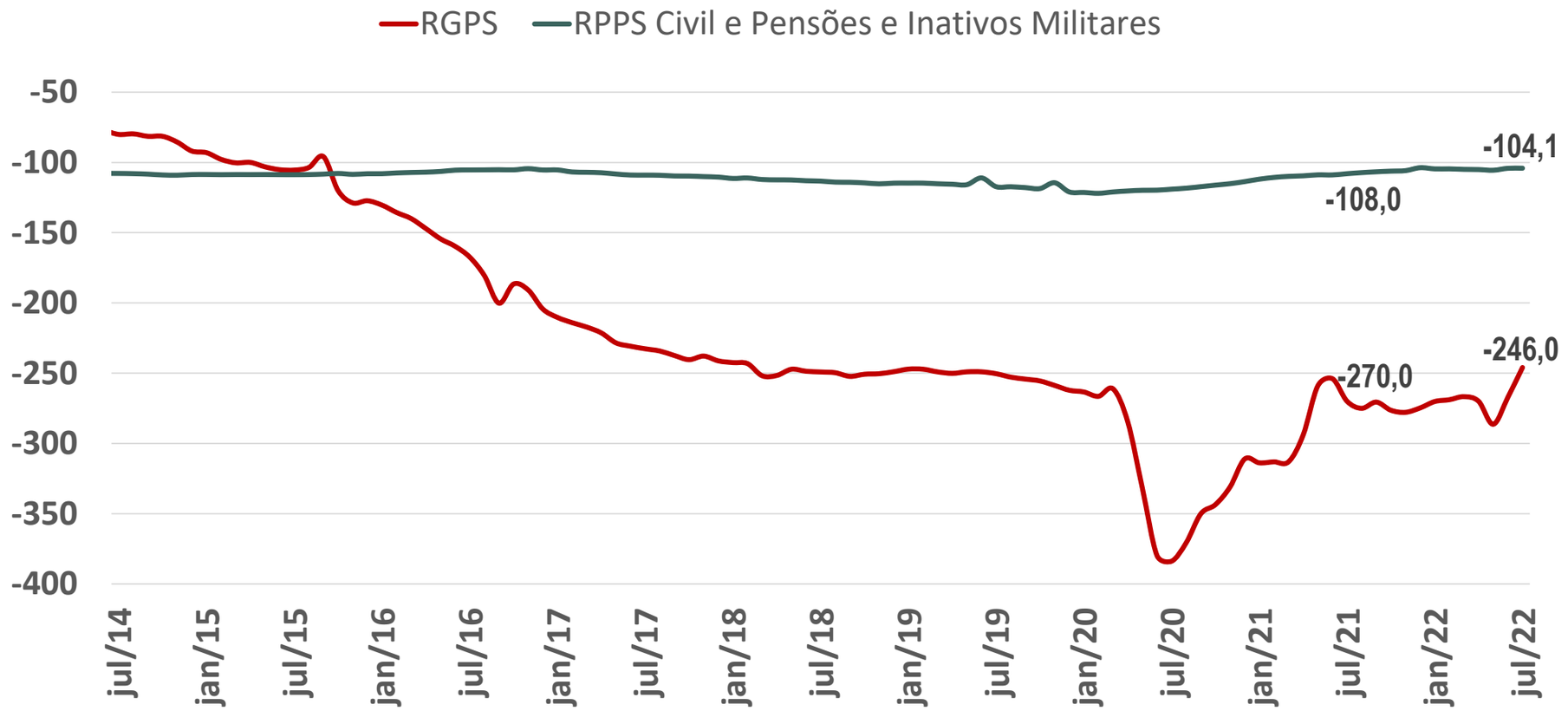
Brasil – 2013/2022 – R$ Bilhões – A preços de jul/22 – IPCA

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses

O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jul/22) foi de superávit de R$ 115,6 bilhões equivalente a 1,38% do PIB.

Resultado do RGPS, RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares Acumulado em 12 meses*
Brasil – 2014/2022 – R$ Bilhões – A preços de jul/22 – IPCA



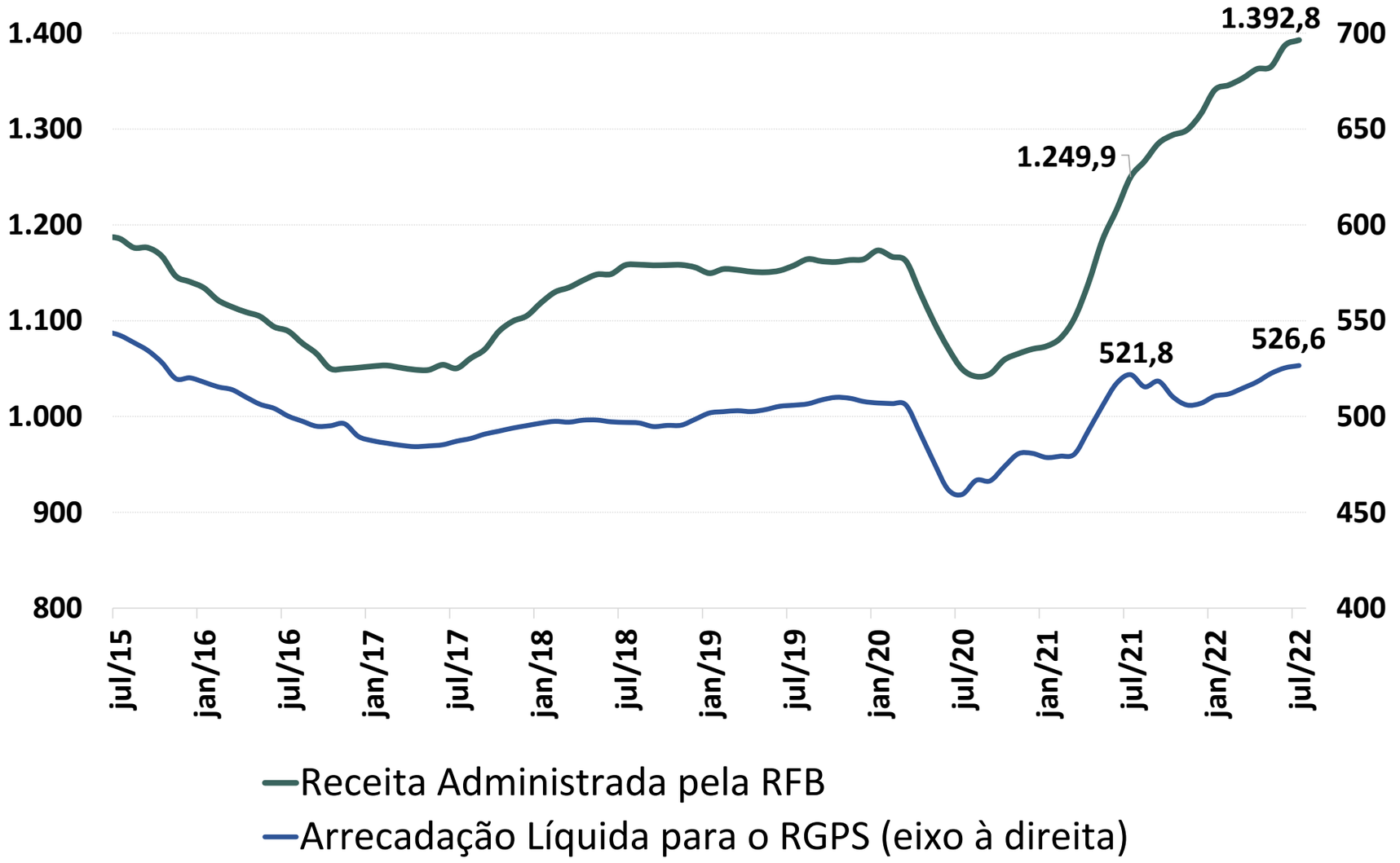
* Inclui FCDF

Total do déficit RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R$ 350,1 bilhões (4,2% do PIB) no Governo Central no acumulado em 12 meses até julho de 2022, a preços de jul/22 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre jul/21 e jul/22, em R$ 24 bi, decorre do efeito conjunto da redução de R$ 19,2 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R$ 4,7 bi da arrecadação líquida do RGPS.

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

R$ Bilhões – Acumulado em 12 meses - A preços de jul/22 - IPCA



A Receita Administrada pela RFB, acumulada em 12 meses, apresentou elevação real de 11,4% em relação a julho de 2021, enquanto a variação registrada pela arrecadação líquida para o RGPS, no mesmo período, foi de 0,9%.

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês x Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de jul/22 - IPCA – R$ Milhões

Discriminação	Julho		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	184.036,8	199.967,5	15.930,6	8,7%
Receita Administrada pela RFB	114.383,6	119.890,7	5.507,1	4,8%
Imposto de Importação	5.285,9	4.909,0	-376,8	-7,1%
IPI	5.616,8	4.410,6	-1.206,2	-21,5%
Imposto sobre a Renda	49.226,7	57.064,1	7.837,4	15,9%
IOF	4.776,7	5.197,8	421,1	8,8%
COFINS	25.674,7	22.027,2	-3.647,5	-14,2%
PIS/PASEP	6.860,6	6.182,8	-677,8	-9,9%
CSLL	14.232,5	17.324,6	3.092,1	21,7%
CIDE Combustíveis	40,6	144,4	103,8	255,7%
Outras Receitas Administradas pela RFB	2.669,1	2.630,2	-38,9	-1,5%
Incentivos Fiscais	-57,3	0,0	57,3	-100,0%
Arrecadação Líquida para o RGPS	41.504,5	42.706,7	1.202,2	2,9%
Receitas Não Administradas pela RFB	28.206,0	37.370,0	9.164,0	32,5%
Concessões e Permissões	422,1	954,3	532,3	126,1%
Dividendos e Participações	54,9	6.944,0	6.889,0	-
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.600,3	1.320,5	-279,9	-17,5%
Exploração de Recursos Naturais	17.390,5	19.900,0	2.509,4	14,4%
Receitas Próprias e de Convênios	1.672,0	2.088,0	416,0	24,9%
Contribuição do Salário Educação	2.012,7	2.126,9	114,2	5,7%
Demais Receitas	5.053,4	4.036,5	-1.016,9	-20,1%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	30.862,5	37.191,9	6.329,4	20,5%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	153.174,3	162.775,5	9.601,2	6,3%

Em julho de 2022, a receita total apresentou elevação de R$ 15,9 bilhões (8,7%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R$ 9,6 bilhões (6,3%) em termos reais frente a julho de 2021.

Essa variação decorre do efeito conjunto de:

- Imposto sobre a Renda - aumento de R$ 7,8 bilhões

- COFINS - redução de R$ 3,6 bilhões

- CSLL - aumento de R$ 3,1 bilhões

- Dividendos e Participações - aumento de R$ 6,9 bilhões

- Exploração de Recursos Naturais - aumento de R$ 2,5 bilhões

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de jul/22 - IPCA – R$ Milhões

Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	1.201.636,2	1.383.452,9	181.816,7	15,1%
Receita Administrada pela RFB	763.212,2	840.412,5	77.200,3	10,1%
Imposto de Importação	39.852,8	33.500,0	-6.352,8	-15,9%
IPI	44.868,0	36.461,8	-8.406,2	-18,7%
Imposto sobre a Renda	340.787,9	408.044,3	67.256,4	19,7%
IOF	27.803,6	34.060,6	6.257,0	22,5%
COFINS	168.302,4	156.848,8	-11.453,6	-6,8%
PIS/PASEP	47.270,0	46.957,6	-312,4	-0,7%
CSLL	78.176,1	106.103,5	27.927,4	35,7%
CIDE Combustíveis	743,3	1.676,3	933,0	125,5%
Outras Receitas Administradas pela RFB	15.408,0	16.759,3	1.351,4	8,8%
Incentivos Fiscais	-95,5	-52,5	43,0	-45,0%
Arrecadação Líquida para o RGPS	273.166,5	292.887,8	19.721,3	7,2%
Receitas Não Administradas pela RFB	165.353,0	250.205,1	84.852,0	51,3%
Concessões e Permissões	2.538,0	41.875,7	39.337,7	-
Dividendos e Participações	16.102,5	51.838,5	35.736,0	221,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.824,2	9.359,8	-1.464,4	-13,5%
Exploração de Recursos Naturais	62.736,2	85.972,8	23.236,6	37,0%
Receitas Próprias e de Convênios	10.121,5	12.251,5	2.130,0	21,0%
Contribuição do Salário Educação	14.337,0	14.863,2	526,2	3,7%
Demais Receitas	48.693,7	34.043,6	-14.650,1	-30,1%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	220.948,5	267.722,0	46.773,5	21,2%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	980.687,7	1.115.730,9	135.043,1	13,8%

No acumulado jan-jul/2022, a receita total apresentou elevação de R$ 181,8 bilhões (15,1%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R$ 135 bilhões (13,8%) em termos reais frente ao acumulado jan-jul/2021.

Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de:

- Imposto sobre a Renda - aumento de R$ 67,3 bilhões

- CSLL - aumento de R$ 27,9 bilhões

- Arrecadação Líquida para o RGPS - aumento de R$ 19,7 bilhões

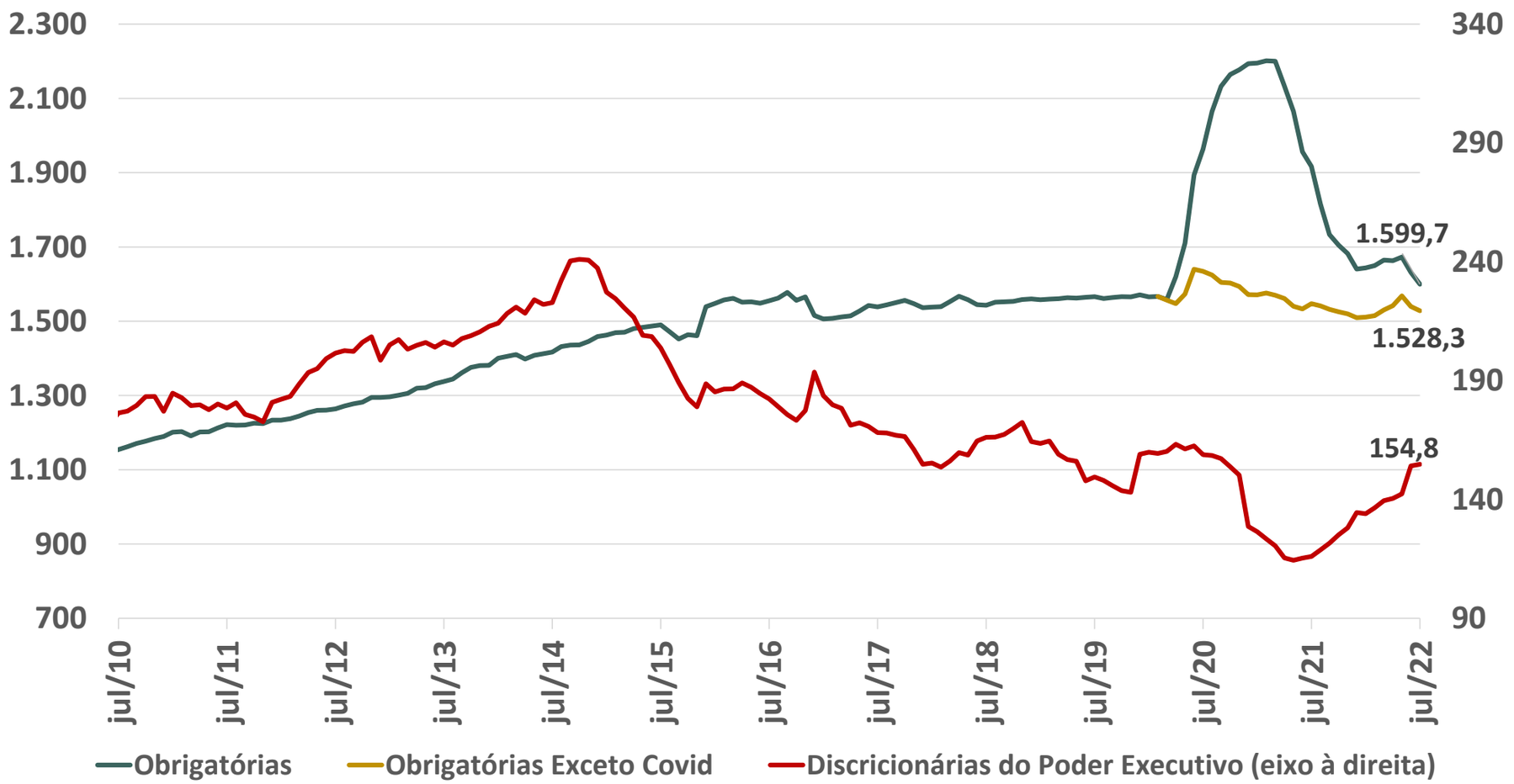
- Concessões e Permissões - aumento de R$ 39,3 bilhões

- Dividendos e Participações - aumento de R$ 35,7 bilhões

- Exploração de Recursos Naturais - aumento de R$ 23,2 bilhões

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central - Acumulado 12 meses - 2010/2022 – R$ Bilhões – A preços de jul/22 - IPCA*



* Desconsidera a capitalização da Petrobrás realizada em setembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente à cessão onerosa de novembro de 2019.

Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os R$ 71,4 bilhões de despesas em resposta à crise COVID-19, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de jul/22) apresentam trajetória estável.

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de jul/22 - IPCA – R$ Milhões

Discriminação	Julho		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	174.659,4	143.467,0	-31.192,4	-17,9%
Benefícios Previdenciários	81.386,8	61.424,5	-19.962,2	-24,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.886,4	1.531,8	-354,6	-18,8%
Pessoal e Encargos Sociais	35.968,7	32.480,2	-3.488,5	-9,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	277,5	301,6	24,1	8,7%
Outras Despesas Obrigatórias	34.734,4	19.995,2	-14.739,1	-42,4%
Abono e Seguro Desemprego	2.581,5	3.265,0	683,5	26,5%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.337,7	7.255,0	917,2	14,5%
Créditos Extraordinários	21.245,0	521,7	-20.723,2	-97,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	611,4	0,0	-611,4	-100,0%
Fundeb - Complementação da União	1.790,2	2.543,7	753,5	42,1%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.035,4	1.168,4	133,0	12,8%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	365,8	332,3	-33,5	-9,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	51,5	902,0	850,4	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.539,8	3.321,3	781,6	30,8%
Impacto Primário do FIES	-2.338,0	191,3	2.529,3	-
Demais	514,1	494,5	-19,6	-3,8%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	22.569,6	29.567,0	6.997,4	31,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.778,2	18.086,8	6.308,6	53,6%
Discricionárias	10.791,5	11.480,2	688,8	6,4%
Memorando:				
Custeio Administrativo	4.248,3	4.295,7	47,4	1,1%
Investimento	7.785,4	4.402,3	-3.383,0	-43,5%

Em julho de 2022, contra mesmo mês de 2021, a despesa total apresentou redução de R$ 31,2 bilhões (-17,9%) em termos reais. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários - redução de R$ 20 bilhões

- Pessoal e Encargos Sociais - redução de R$ 3,5 bilhões

- Créditos Extraordinários - redução de R$ 20,7 bilhões

- Impacto Primário do FIES - aumento de R$ 2,5 bilhões

- Obrigatórias com Controle de Fluxo - aumento de R$ 6,3 bilhões

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2021/2022 – A preços de jul/22 - IPCA – R$ Milhões

Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2021	2022	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	1.060.461,0	1.040.131,3	-20.329,7	-1,9%
Benefícios Previdenciários	491.131,5	482.100,6	-9.030,9	-1,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	19.849,6	9.720,4	-10.129,1	-51,0%
Pessoal e Encargos Sociais	214.036,4	188.886,2	-25.150,2	-11,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	8.834,7	1.509,0	-7.325,7	-82,9%
Outras Despesas Obrigatórias	211.360,4	167.330,4	-44.030,0	-20,8%
Abono e Seguro Desemprego	35.672,7	47.734,5	12.061,7	33,8%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	44.410,5	45.696,9	1.286,5	2,9%
Créditos Extraordinários	75.832,0	15.013,1	-60.818,9	-80,2%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.312,0	3.149,6	-2.162,4	-40,7%
Fundeb - Complementação da União	12.900,4	19.338,8	6.438,4	49,9%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	6.354,7	7.484,9	1.130,2	17,8%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	3.613,0	2.355,0	-1.258,0	-34,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	19.439,6	9.213,1	-10.226,5	-52,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	5.891,2	12.676,2	6.785,0	115,2%
Impacto Primário do FIES	-1.198,8	1.517,4	2.716,2	-
Demais	3.133,2	3.150,9	17,8	0,6%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	143.932,8	201.814,1	57.881,3	40,2%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	89.310,5	126.907,6	37.597,2	42,1%
Discricionárias	54.622,3	74.906,5	20.284,2	37,1%
Memorando:				
Custeio Administrativo	26.123,9	26.761,6	637,7	2,4%
Investimento	26.728,6	23.920,1	-2.808,5	-10,5%

No acumulado jan-jul/2022, a despesa total apresentou diminuição de R$ 20,3 bilhões (-1,9%) em termos reais frente ao acumulado jan-jul/2021. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários - redução de R$ 9 bilhões

- Pessoal e Encargos Sociais - redução de R$ 25,2 bilhões

- Abono e Seguro Desemprego - aumento de R$ 12,1 bilhões

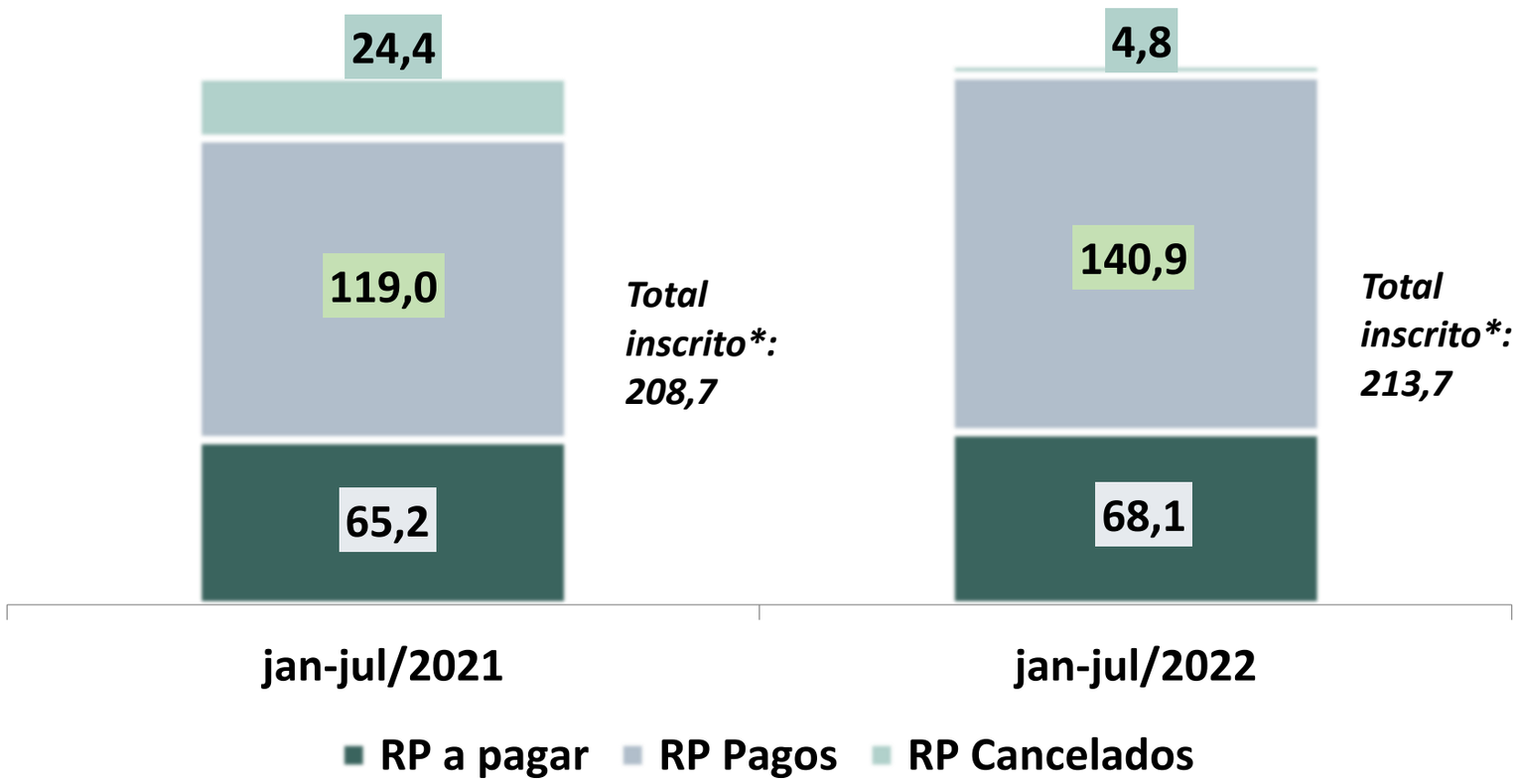
- Créditos Extraordinários - redução de R$ 60,8 bilhões

- Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) - redução de R$ 10,2 bilhões

- Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin. - aumento de R$ 57,9 bilhões

Despesas do Governo Central
Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2021/2022 – Acumulado no ano – R$ bilhões – Valores Correntes



O montante de restos a pagar (RAP) pagos (excetuados os RAP financeiros) até julho de 2022 correspondeu a R$ 140,9 bilhões, contra R$ 119 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os cancelamentos até julho de 2022 totalizaram R$ 4,8 bilhões frente a R$ 24,4 bilhões no mesmo período de 2021.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2022/114

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	**Acum. 2022**	**Limite atualizado**	**% Executado**
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	982.504	1.680.993	58,4%
II.1 Poder Executivo	946.843	1.608.277	58,9%
II.2 Poder Legislativo	6.853	14.510	47,2%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.237	6.970	46,4%
II.2.2 Senado Federal	2.476	5.130	48,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.140	2.410	47,3%
II.3 Poder Judiciário[1]	24.750	49.947	49,6%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	373	745	50,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	819	1.752	46,8%
II.3.3 Justiça Federal	6.345	12.926	49,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	320	630	50,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.213	8.518	49,5%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.960	22.035	49,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.622	3.113	52,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	98	228	43,2%
II.4. Defensoria Pública da União	312	632	49,3%
II.5 Ministério Público da União	3.747	7.626	49,1%
II.5.1 Ministério Público da União[2]	3.702	7.529	49,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público[2]	45	97	46,1%

1. Considera o acréscimo de R$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

2. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

Em julho de 2022, as despesas sujeitas ao teto totalizaram 58,4% do limite atualizado conforme estabelecido pela EC nº 95/2016.

Acompanhamento do novo Regime Fiscal

Brasil – 2022 – R$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Jul		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2021	2022		
II. DESPESAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	860.045	982.504	14,2%	15,2%
II.1 Poder Executivo	825.660	946.843	14,7%	15,1%
II.2 Poder Legislativo	6.753	6.853	1,5%	23,9%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.150	3.237	2,8%	26,6%
II.2.2 Senado Federal	2.475	2.476	0,0%	21,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.129	1.140	1,0%	21,6%
II.3 Poder Judiciário[1]	23.714	24.750	4,4%	16,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	351	373	6,2%	20,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	803	819	2,1%	21,5%
II.3.3 Justiça Federal	6.170	6.345	2,8%	15,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	299	320	6,9%	18,3%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.975	4.213	6,0%	18,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.497	10.960	4,4%	15,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.531	1.622	5,9%	14,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	87	98	13,3%	-14,0%
II.4. Defensoria Pública da União	297	312	5,0%	25,1%
II.5 Ministério Público da União	3.622	3.747	3,4%	12,5%
II.5.1 Ministério Público da União[2]	3.581	3.702	3,4%	12,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público[2]	41	45	8,2%	13,5%

1. Considera o acréscimo de R$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.
2. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2022, na comparação com a despesa paga em 2021, das despesas sujeitas ao teto que cada poder/órgão pode apresentar para cumprir o limite da EC 95.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2021 para 2022 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2022 – R$ Bilhões – A preços correntes

	Projeção 2022
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	**1.696,0**
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	**1.569,6**
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	**-126,4**
Despesas de Capital (II)‡	**1.716,8**
Investimentos†	**37,1**
Inversões Financeiras†	**67,2**
Amortizações	**1.612,5**
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	**20,7**

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2022 apontam uma pequena suficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito não excederão o montante das despesas de capital em 2022.

Essa projeção é factível pela possibilidade de utilização de fontes com superávit financeiro de 2021, como o resultado do Banco Central e da desvinculação de recursos de fundos públicos para amortização da dívida autorizada pela EC 109/21, além de fontes com previsão de ingresso em 2022, como o retorno de empréstimos do BNDES.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para este e para os próximos anos.

TESOURONACIONAL

Obrigado

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R$ Milhões – Valores correntes e a preços de julho/2022 (IPCA)

TESOURONACIONAL

	Primário Nominal		Acumulado Ano		Acumulado 12 m	
1º	jul/22	19.308,5	jul/22	73.088,4	jul/11	119.124,6
2º	jul/11	11.103,1	jul/08	68.583,0	jul/22	111.108,5
3º	jul/08	7.204,6	jul/11	66.533,9	jul/08	78.614,9
4º	jul/07	5.162,7	jul/12	50.184,1	jul/12	75.541,3
5º	jul/05	4.757,4	jul/07	47.618,4	jul/13	70.303,5
6º	jul/12	3.769,8	jul/05	42.982,5	jul/07	54.988,7
7º	jul/04	3.621,9	jul/06	41.378,0	jul/05	54.871,5
8º	jul/13	3.417,9	jul/04	37.452,5	jul/06	51.068,6
9º	jul/06	3.027,1	jul/13	35.499,7	jul/14	47.879,6
10º	jul/03	2.807,9	jul/03	32.097,0	jul/10	44.687,9
11º	jul/99	2.157,3	jul/10	25.300,5	jul/04	44.435,5
12º	jul/02	1.781,3	jul/02	21.670,8	jul/03	42.003,4
13º	jul/09	1.509,6	jul/09	20.049,0	jul/01	24.658,8
14º	jul/01	1.188,7	jul/01	19.464,0	jul/02	23.944,0
15º	jul/10	726,0	jul/00	15.787,4	jul/09	22.904,4
16º	jul/00	355,9	jul/99	14.666,9	jul/00	21.284,7
17º	jul/98	-26,3	jul/14	11.220,1	jul/99	19.208,9
18º	jul/97	-107,9	jul/98	3.035,1	jul/98	1.831,3
19º	jul/14	-2.623,7	jul/97	3.004,6	jul/15	-46.378,0
20º	jul/19	-5.934,3	jul/15	-11.675,5	jul/18	-86.709,7
21º	jul/18	-7.488,1	jul/19	-35.244,9	jul/19	-116.384,8
22º	jul/15	-7.762,4	jul/18	-39.081,4	jul/16	-164.519,6
23º	jul/16	-19.226,5	jul/16	-55.692,8	jul/17	-182.216,1
24º	jul/21	-19.519,6	jul/21	-73.088,0	jul/21	-311.110,7
25º	jul/17	-20.154,5	jul/17	-76.633,3	jul/20	-565.052,0
26º	jul/20	-87.886,5	jul/20	-505.232,1		

	Primário Real (IPCA)		Acum Ano (IPCA)		Acum 12m (IPCA)	
1º	jul/11	21.412,3	jul/08	157.796,6	jul/11	236.963,0
2º	jul/22	19.308,5	jul/11	129.844,5	jul/08	181.822,9
3º	jul/08	16.230,8	jul/07	115.197,4	jul/05	144.862,1
4º	jul/07	12.371,2	jul/05	112.378,9	jul/12	141.665,5
5º	jul/05	12.295,9	jul/04	105.363,2	jul/07	133.613,5
6º	jul/04	9.975,6	jul/06	103.151,2	jul/03	129.662,1
7º	jul/99	9.026,4	jul/03	96.095,6	jul/06	128.116,3
8º	jul/03	8.260,5	jul/12	93.393,6	jul/04	125.852,8
9º	jul/06	7.525,3	jul/22	75.599,5	jul/13	124.389,6
10º	jul/12	6.910,8	jul/02	75.319,0	jul/22	115.592,2
11º	jul/02	6.048,9	jul/01	72.704,9	jul/10	94.207,8
12º	jul/13	5.896,0	jul/00	62.952,9	jul/01	92.779,4
13º	jul/01	4.339,8	jul/99	62.433,2	jul/00	85.914,3
14º	jul/09	3.254,5	jul/13	62.175,1	jul/02	83.825,3
15º	jul/10	1.496,3	jul/10	52.824,7	jul/99	82.369,4
16º	jul/00	1.390,8	jul/09	43.826,3	jul/14	80.684,4
17º	jul/98	-115,1	jul/14	18.897,1	jul/09	50.676,4
18º	jul/97	-486,7	jul/97	13.725,8	jul/98	8.073,6
19º	jul/14	-4.249,6	jul/98	13.432,5	jul/15	-72.595,2
20º	jul/19	-7.283,5	jul/15	-16.808,4	jul/18	-112.378,6
21º	jul/18	-9.486,7	jul/19	-43.127,6	jul/19	-145.493,9
22º	jul/15	-11.475,9	jul/18	-49.804,9	jul/16	-232.774,5
23º	jul/21	-21.485,1	jul/16	-76.246,8	jul/17	-243.648,0
24º	jul/16	-26.140,8	jul/21	-79.773,3	jul/21	-361.561,4
25º	jul/17	-26.679,0	jul/17	-101.523,6	jul/20	-680.963,8
26º	jul/20	-105.437,4	jul/20	-608.027,5		